

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: DA TRAMA POLÍTICA AO ENREDO ESCOLAR

Karlane Holanda Araújo
Doutoranda e mestra em Educação Brasileira pela UFC
karlaneufc@gmail.com

RESUMO

A política de avaliação educacional tem disseminado o ideário de educação de qualidade, medido pelos índices de desempenho cognitivo dos discentes aferidos através da aplicação de testes avaliativos. Em razão disso, indaga-se: qual a repercussão desse discurso político no enredo escolar? Para responder a esse questionamento, o presente estudo objetiva discutir sobre a trama da política de avaliação educacional contemporânea para as séries iniciais, bem como investigar seus ecos no contexto escolar. A pesquisa realizou-se em uma escola da rede municipal de Sobral, Ceará, que vem se destacando no cenário da educação cearense por ter conquistado em 2014, Índice de Desempenho Escolar 10,0. Nesse cenário, para a coleta dos dados, realizaram-se entrevistas semiabertas com quatro professores que atuam nas turmas de 2º ano do Ensino Fundamental. A metodologia foi inspirada no estudo de caso e na pesquisa qualitativa. Dessa forma, a investigação nos possibilitou concluir que a escola pesquisada adota a preleção de conteúdos curriculares de acordo com as matrizes das avaliações externas e replica modelos de avaliações internas como ensaios para os testes avaliativos federais, estaduais e municipais, a fim de alcançar os melhores resultados e, por conseguinte, ficar no topo do ranking escolar do estado do Ceará.

Palavras-chave: Política. Avaliação educacional. Enredo escolar.

Introdução

Inúmeras são as maneiras pelas quais eu poderia iniciar este artigo, elegi começar com a célebre citação de Foucault (1996, p.45) “[...] todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo”, porque, certamente, faz-nos refletir sobre os discursos prontos que permeiam as políticas educacionais, traçam diretrizes e rumos a serem seguidos pelas instituições escolares e ecoam na formação de crianças, jovens e adultos.

No Brasil, o discurso que tem dominado a política educacional é o da “qualidade”, em que se estabelece um padrão ou status de educação de qualidade medido pelos índices de desempenho cognitivo dos discentes, que são aferidos através da aplicação de testes avaliativos.

Em virtude disso, nas últimas décadas, tem-se verificado um crescente aumento de testes padronizados dos governos municipal, estadual e federal para medir a proficiência dos alunos, na expectativa de que sua aplicação e os resultados obtidos impulsionem desempenhos crescentes, credenciando, assim, a qualidade dos serviços educacionais. Nessa perspectiva, o desempenho escolar ganha centralidade da atenção do poder público, apequenando o direito à aprendizagem.

A questão central desloca-se do sentido educativo para o sentido instrutivo sob a lógica de aprender para os testes. Percebe-se que, cada vez mais, a política de avaliação educacional tem balizado o ideário de educação de qualidade, condicionando, muitas vezes, as escolas a buscarem atingir, a qualquer custo, os índices desejáveis, repercutindo, assim, nas práticas pedagógicas e de gestão escolar.

Diante desse fato, o presente estudo tem como escopo discutir sobre as entranhas da política de avaliação educacional contemporânea, bem como desvelar suas repercussões no enredo escolar.

Metodologia

O presente artigo apoia-se em documentos normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –Lei nº 9.394/1996 –e o Plano de Educação Nacional (PNE) (2014-2024), especificamente nas diretrizes que regulamentam o Sistema de Avaliação Nacional. Além disso, também fundamenta-se em estudos de pesquisadores dessa seara de conhecimento, como: Alavarse (2012), Freitas (2014), Neto (2007, 2014), entre outros.

A pesquisa empírica foi realizada em uma escola da rede municipal de Sobral¹ agraciada pelo Prêmio Escola Nota Dez² em 2014, por ter conquistado o Índice de Desempenho Escolar (IDE-Alfa)³ 10,0, destacando-se no cenário da educação cearense em face da meta de alfabetizar todos os educandos do 2º ano. A escolha por essa unidade escolar justifica-se por ser um terreno fértil para investigação dos ecos da política de avaliação vigente, visto que seus índices escolares a certificam como escola de qualidade no estado do Ceará.

Nesse percurso, o estudo de caso buscou investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos relacionados ao fenômeno da política de avaliação educacional contemporânea. Conforme assevera Yin (2005), a pesquisa na forma de estudo de caso é uma investigação empírica que permite revelar acontecimentos de um fenômeno contemporâneo dentro de seu

¹ Cidade situada na região noroeste do Ceará, a 230 quilômetros da capital do estado, Fortaleza (ARAÚJO, 2016).

² O Prêmio Escola Nota Dez, atualmente disciplinado pela Lei Estadual nº15.052, de 6 de dezembro de 2011, configura-se, no cenário da educação cearense, desde o ano de 2009, como uma política de gestão pública que mobiliza os municípios, as escolas e os professores a melhorarem a proficiência estudantil de 2º e 5º anos do Ensino Fundamental em Português e em Matemática (CEARÁ, 2013).

³ Índice de Desempenho Escolar (IDE): composto por três elementos, a Proficiência da Escola, convertida para uma escala de 0 a 10; a Taxa de Participação na Avaliação; e o Fator de Ajuste para a Universalização do Aprendizado (CEARÁ, 2013).

contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Para a coleta de dados, realizaram-se entrevistas semiabertas com quatro professores que atuam nas turmas de 2º ano do ensino fundamental da instituição pesquisada. Neste estudo, os relatos dos sujeitos da pesquisa estão identificados por meio de acrônimos, a fim de preservar as identidades dos entrevistados. Os professores foram nomeados pela abreviatura “P”, acrescido do número que o representa.

O estudo de caso é de natureza qualitativa, pois valoriza opiniões, valores, vivências e sentimentos dos entrevistados. Os relatos das entrevistas não são peças de informação distorcidas, visto que fornecem ao pesquisador meios de analisar os modos pelos quais as pessoas percebem os eventos, as relações e as razões que oferecem para praticá-lo (MAY, 2004).

A base legal da política de avaliação nacional

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, na Seção I - Da Educação, no artigo 205, declina que a educação é um direito social e dever do Estado e da família, que deverá ser promovida em condições de igualdade para todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Mais adiante, nesse mesmo documento, o artigo 206 estabelece os princípios sob os quais o ensino deverá ser ministrado, deixando subjacente que, para que a sentença primeira da igualdade de condições de acesso e permanência se materialize, deve-se garantir um padrão de qualidade, assegurado pela melhoria do desempenho cognitivo do educando.

A partir dessa legislação, surgem outras, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira Nacional (Lei nº 9.394/1996), que regula, no Título IV - Da Organização da Educação Nacional, no artigo 9º, inciso VI, que a União se incumbirá de assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino municipal e estadual, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. Prega-se que as somas desses esforços conjuntos e articulados de avaliação dos sistemas de educação propiciarão condições de formação básica curricular comum para o aperfeiçoamento e o êxito da Educação Fundamental. Entende-se que essa prescrição de avaliação nacional pretende propiciar uma

correlação direta entre a Base Nacional Comum para a educação e a verificação externa do desempenho pela qualidade do trabalho de alunos e professores.

Certamente, a política de avaliação educacional vem se consolidando, inclusive já se faz presente também no novo Plano Nacional de Educação (2014-2024), através da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, ao prever, no artigo 11, que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da Educação Básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino. Tais informações serão cotejadas por meio de índices para avaliação da qualidade, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Estados e municípios também poderão elaborar seus indicadores, estimados por etapa, estabelecimento e rede escolar. Ainda nessa seção, o PNE (2014-2024) estabelece que os resultados de rendimentos sejam amplamente divulgados, ressalvada a publicação de resultados individuais e indicadores por turma.

Nota-se que o discurso da educação de qualidade, medido pelo índice de desempenho cognitivo discente resultante da aplicação de testes avaliativos, está latente no PNE (2014-2024), principalmente quando assevera, em sua submeta 7.36, “[...]estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDE, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar” (BRASIL, 2014, p.5). Os pressupostos norteadores dessa regulamentação provêm da política *accountability*⁴, que tem como pilares: avaliação, prestação de contas, responsabilização e bonificação dos atores educacionais pelos resultados escolares.

Nessa perspectiva, percebe-se, então, que, a partir da vigente Constituição, passando pela LDB de 1996, pelo PNE e por vários decretos, reverberou no avanço, desenvolvimento e implementação de políticas de avaliação em larga escala com o fito de possibilitar uma percepção mais ampla da realidade, diagnosticar a situação da educação brasileira, como também de mobilizar ações para melhoria quantitativa e qualitativa dos índices educacionais.

O trajeto da política de avaliação educacional brasileira para as séries iniciais

⁴ A política *accountability*, assentada nos conceitos econômicos de mercado, é caracterizada tanto pela divulgação e pela disseminação dos dados de desempenhos escolares, denominada de responsabilização simbólica, *low-stakes*, quanto pela utilização de mecanismos de incentivos financeiros e competitivos para mobilizar os profissionais da educação na busca pela melhoria da qualidade, chamada de responsabilização forte, *high-stakes*(ARAÚJO, 2016).

Os sistemas de avaliação em larga escala surgiram no Brasil precisamente na década de 1980, como estratégia para melhorar o acesso, a permanência e a qualidade do ensino. Em 1987, houve a sistematização de um programa de avaliação que tinha por objetivo coletar informações acerca do processo educacional, denominado Sistema de Avaliação do Ensino de Primeiro Grau (Saep) (NETO, 2007).

Nos anos 1990, o Saep foi substituído pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), a fim de se adequar à nova nomenclatura educacional instituída pela atual Carta Magna. Conforme Araújo (2016, p. 45), a avaliação passou a:

[...] ocorrer de modo bienal, focando em dois componentes curriculares: Português (leitura) e Matemática (solução de problemas). A característica do SAEB é ser uma avaliação amostral aplicada a aprendizes de 5º e 9º ano do ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio, envolvendo estudantes das redes pública e privada, das zonas urbana e rural, oferecendo informações passíveis de serem tratadas por localização urbana ou rural, por dependência administrativa, por unidade da federação e por região na totalidade do país. Além de mensurar o desempenho dos alunos, são coletadas informações atinentes às características dos discentes, dos professores e dos diretores, bem como da infraestrutura e dos equipamentos da escola.

Em 2005, adotou-se a Prova Brasil objetivando avaliar censitariamente, a cada dois anos, o desempenho em Língua Portuguesa e em Matemática dos alunos de 4ª e 8ª série do Ensino Fundamental (atualmente 5º e 9º ano, respectivamente), contemplando as redes de ensino que ampliaram o Ensino Fundamental para nove anos, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 educandos matriculados na série avaliada.

Diferentemente do Saeb, com os resultados da Prova Brasil, o sistema tornou-se capaz de avaliar o desempenho do Ensino Fundamental de cada escola por estados e municípios, não mais apenas por regiões e estados (NETO, 2007).

Em 2007, os resultados da Prova Brasil passam a compor um índice destinado a aferir a qualidade da Educação Básica. Esse índice, conhecido oficialmente como Ideb, é calculado a partir dos dados sobre rendimento (aprovação e evasão escolar, ou fluxo escolar) obtidos no censo escolar e das médias do desempenho em Leitura e em Matemática na Prova Brasil. Em razão disso, as redes de ensino e as escolas passaram a ter informações mais precisas quanto aos seus rendimentos escolares e às metas que deveriam ser atingidas, provocando uma “corrida” dos sistemas municipais e estaduais de ensino por melhores desempenhos.

Embora a Prova Brasil e o Ideb apresentem pistas sobre o diagnóstico escolar e sirvam como ponto de partida para que tanto o poder público quanto os profissionais da

educação possam investir na melhoria da aprendizagem, também apresentam riscos, como o ensino voltado para o formato da prova, o reducionismo curricular/didático e a competição entre as escolas. Nesse sentido, a Prova Brasil e o Ideb não devem ser interpretados como indicadores determinantes de qualidade da Educação Básica, pois: [...] fazer deles o único procedimento para indicar a qualidade da escola e pautar iniciativas de políticas educacionais seria negar-se a enfrentar uma realidade em suas dimensões de infraestrutura material, pedagógica e profissional (ALAVARSE, 2012).

Ao longo de 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) elaborou a Provinha Brasil. Essa avaliação, em seu desenho atual, testa os alunos no 2º ano de escolaridade nas áreas de Língua Portuguesa e de Matemática no início e no final de cada ano, utilizando Teste 1 e 2, respectivamente, em cada um desses momentos. O teste é composto por itens de múltipla escolha, divididos em três tipos:

[...] aqueles que o professor lê totalmente o item e os alunos marcam a alternativa correta; outros em que o professor lê uma parte do item, o aluno, a outra, e, então assinala a resposta correta; por fim, itens que o aluno lê sozinho e marca a alternativa correta. (NETO, 2014, p.188).

No entanto, ela se difere da Prova Brasil, haja vista que os dados não são coletados e processados pelo Inep, sendo os profissionais da escola que a aplicam. Essa avaliação tem adesão voluntária por parte de estados e municípios e visa disponibilizar instrumentos de avaliação, de análise de dados e de resultados, com a finalidade de melhorar o processo de alfabetização das crianças desde as etapas mais precoces da escolarização, quando ainda existe, em função do tempo, possibilidades de intervenção.

A política de avaliação brasileira para as séries iniciais não findou com a introdução da Provinha Brasil. A partir de 2012, com o lançamento do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa⁵(Pnaic), implantou-se a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) para testar os estudantes ao final do 3º ano do Ensino Fundamental. Diferentemente da Provinha Brasil, a ANA é obrigatória para todas as redes de ensino, que devem realizá-la e enviar os resultados para o Inep.

O Pnaic traz uma inovação, que é a premiação por desempenho escolar. As escolas que apresentarem os maiores progressos na ANA serão agraciadas com prêmio em dinheiro, sendo uma parte do valor destinada à premiação da equipe escolar. Com essa iniciativa, o Governo Federal aproxima-se de práticas já desenvolvidas por alguns entes federados que

⁵ “[...] programa do Governo Federal que tem como objetivo garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental” (NETO, 2014, p.191).

premiam a performance das escolas. A tendência atual é a de que os resultados das avaliações externas sejam utilizados para responsabilização dos atores educacionais.

Nesse sentido, o foco da avaliação educacional no Brasil, que antes, com o Saeb, voltava-se para diagnóstico e planejamento, deslocou-se, com a Prova Brasil e o Ideb, para monitorar e publicizar o desempenho individual de todas as escolas públicas de nível fundamental; inovando, com a ANA, para verificar o último ciclo de alfabetização escolar e premiar escolas que alcançam os melhores índices de proficiência em leitura e escrita.

Atualmente, a qualidade da educação, mensurada por testes avaliativos de desempenho cognitivo, marca uma nova era, a era *accountability* escolar, na qual se propaga um discurso auspicioso para fins de melhoria no ensino, tendo como eixos a publicização dos resultados das avaliações em larga escala, a responsabilização dos agentes públicos pelos resultados atingidos e a premiação escolar.

Ecos da política de avaliação educacional no enredo escolar: estudo de caso em Sobral

O Estado do Ceará, há mais de uma década, vem apostando na política *accountability* escolar, fazendo uso do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee)⁶ para emitir rankings, classificações e prêmios. Diante disso, o estudo de caso em Sobral procurou desvendar os reflexos desse discurso político no contexto escolar, principalmente no tocante ao currículo e à avaliação escolar.

Inicialmente buscou-se detectar se a escola empreendia ações sistemáticas voltadas para as avaliações externas. As professoras, resumidamente, admitiram que:

Todas as atividades são voltadas para as avaliações; em tudo que a gente trabalha – projetos, e atividades que a gente faz –, fazemos o diagnóstico inicial conforme são as avaliações e, a partir daquele diagnóstico, nós nos comprometemos a fazer atividades com as crianças[...]. Tudo que tem no dia a dia sempre tem voltado para essas avaliações [...].Na sala de aula, a gente tem aquele momento de trabalhar as habilidades, porque a gente sabe que eles são avaliados em cima dos descritores, então tem o momento que a gente tira para as habilidades [...].A gente também busca fora, em pesquisas, em provas já passadas, que a gente vai pegando o bizu de como é [...], a gente vai trabalhando com o aluno, mas isso é todo dia, todo dia, todo dia, tanto para a Prova Brasil como para o Spaee. (P2).

⁶ O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (Seduc), vem implementando, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (Spaee). Na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico, o Spaee caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio em Língua Portuguesa e em Matemática (CEARÁ, 2013).

O relato acima indica que há um trabalho sistêmico direcionado para as avaliações externas de âmbito nacional (Prova Brasil), estadual (Spaace) e municipal (Avaliação da SME). A professora explana que as escolas realizam diagnóstico inicial para identificar o nível da turma e das crianças individualmente, para, em seguida, direcionar atividades que envolvam conteúdos e habilidades que serão aferidos nas avaliações externas. Ela cita também que as professoras de 2º ano fazem pesquisas em provas passadas para irem trabalhando os descritores do Spaace e da Provinha Brasil.

Em seguida, indagou-se se a escola fazia uso da matriz de referência do Spaace para direcionar o currículo escolar. De forma resumida, as professoras da escola pesquisada assim responderam:

Nós estudamos os descritores; a gente tem formação todo mês na prefeitura. Aqui na escola, a gente faz plano quinzenal. A gente trabalha os descritores de três formas, primeiro, na questão da leitura, a gente trabalha os gêneros, todos os descritores na questão da leitura, com cartazes, com trabalho em equipe com as crianças [...]. Depois vem a atividade do projeto, que é esse do aprender, que aborda e trabalha todos os descritores do Spaace, só que de uma forma bem interdisciplinar [...]. Por fim, a gente trabalha a partir do diagnóstico, só com as questões em que as crianças têm mais dificuldades. [...] Cada um olha, vê no diagnóstico o descritor que apresenta mais erro, em que as crianças têm mais dificuldade, aí, em cima daquele erro, em cima daquela questão, a gente planeja e faz essas atividades [...]. (P4).

Verifica-se que nessa escola há um trabalho pedagógico direcionado a partir dos descritores do Spaace, tendo como ações centrais: os planejamentos de formação da rede municipal de educação sobralense, a elaboração do plano quinzenal realizado pelos professores e pelo núcleo gestor na própria unidade escolar, a realização de atividades de leitura e de escrita envolvendo os descritores, o diagnóstico individual do aluno para identificar as dificuldades, o trabalho diferenciado com discentes de desempenho insuficiente e a aplicação de questões no modelo Spaace. Como diz Freitas (2014), o professor e a escola tendem a eleger conteúdos e métodos de trabalho que mais atendem à lógica da política de avaliação educacional.

Na sequência, interpelou-se a respeito das avaliações escolares, ao que as educadoras da escola pesquisada responderam sinteticamente:

Tem a parte da leitura e da compreensão. Da parte da leitura, a gente avalia na semana [...]. Na atividade de leitura, a gente grava a voz deles. A gente pega um texto, chama a criança para ler e vai gravando o tempo dele, a entonação, o ritmo dele. Se ele não erra as palavrinhas. E tem a compreensão, as três perguntinhas sobre o texto lido [...], porque tudo isso que a gente faz é conforme a avaliação da prefeitura, porque os meninos vão ter que passar pela avaliação da prefeitura.(P2).

Nessa perspectiva, a escola pesquisada realiza avaliação interna de leitura e de compreensão. As crianças são chamadas individualmente para aferição da leitura. Professoras e coordenação pedagógica acompanham o nível de leitura, avaliando a quantidade de palavras lidas, a entonação, a velocidade, o ritmo, a precisão e também a compreensão textual. Esses dados são catalogados mensalmente a fim de fornecer um diagnóstico das habilidades de leitura dos aprendizes. Essa prática é entendida pelas educadoras pesquisadas como um exercício propositivo para a avaliação externa de leitura e de compreensão empreendida pela Secretaria Municipal da Educação de Sobral (SMES).

Embora as professoras da escola tenham esse entendimento, percebe-se que todo esse procedimento acontece por conta das avaliações externas (Provinha Brasil, ANA, Spaece e Avaliação do Sistema de Educação Municipal), que controlam os processos pedagógicos aos seus interesses. Em face disso, consoante Freitas (2014), compreende-se que as crianças são geralmente pressionadas a responderem a um ritmo, a uma velocidade e a uma habilidade de leitura padrão designados pelos testes padronizados.

Há outra vertente da avaliação interna aplicada. Conforme as professoras:

A parte da escrita, que é de 15 em 15 dias, a gente faz a prova com eles [...]. Faço uma produção com gravuras, aí depois eu corrijo em cima de uma chave de correção e vejo em que nível o aluno está, porque a gente avalia em cada um dos critérios da escrita [...]: pontuação, começar com parágrafo, porque é uma produção, ter coerência, coesão. A produção é individual [...]. (P1).

A mensal é a coordenadora quem elabora. Não é a professora da sala que aplica, vem outra professora aplicar a provinha. A correção também é assim [...], essa provinha é em cima do que a gente trabalha, dos planejamentos[...]. É modelo Spaece[...].Aí, em cima dessas avaliações, agente faz uma avaliação interna diagnóstica de 24 questões [...], com todos os descritores do 2º ano. (P3).

Através dos depoimentos, observou-se que a escola realiza sistematicamente, a cada 15 dias, as provas de produção de escrita. As educadoras utilizam uma chave de correção que avalia ortografia, pontuação, paragrafação, coesão e coerência. Além dessa avaliação, a escola aplica mensalmente a prova escrita, na qual constam questões de Português, Matemática, História e Ciências. Percebe-se, pela abordagem das docentes entrevistadas, que a prova escrita é produzida nos moldes do Spaece, mediante os descritores do 2º ano do Ensino Fundamental. Na instituição pesquisada, a ritualística da aplicação/fiscalização da avaliação interna é um ensaio para o que irá acontecer oficialmente nas avaliações externas municipais, estaduais e nacionais.

Considerações finais

A trama da política de avaliação educacional brasileira segue a tendência da lógica meritocrática, que associa qualidade educacional, estritamente, ao desempenho escolar e concebe as escolas que conquistam os melhores resultados, premiação e bonificação, consolidando a educação como mercado e o ensino como mercadoria.

Essa tendência ecoa, a exemplo do caso da escola premiada de Sobral, no enredo escolar, sobretudo na preleção de conteúdos curriculares de acordo com as matrizes das avaliações externas e na replicação de atividades escolares e avaliações internas como ensaios para os testes padronizados das instâncias federal, estadual e municipal.

Referências

ALAVARSE, O. M.; BRAVO, M. H.; MACHADO, C. Políticas educacionais, avaliação de sistema e melhoria da qualidade na educação básica: experiências de dois municípios paulistas. In: ENCONTRO ESTADUAL DA ANPAE, 12., 2012, Campinas. Anais... Campinas: Anpae, 2012. p. 344-356.

ARAÚJO, K. H. Os efeitos do Prêmio Escola Nota Dez nos processos pedagógicos das escolas premiadas de Sobral e das apoiadas de Caucaia no ano de 2009. 2016. 185f. – Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CEARÁ. Lei nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011. Institui o Prêmio Escola Nota Dez, destinado a premiar as escolas públicas com melhores resultados de aprendizagem no segundo e quinto anos de ensino fundamental, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, 12 dez. 2011.

CEARÁ. Secretaria da Educação do Governo do Ceará. Prêmio Escola Nota 10. Fortaleza, 2013. Disponível em: <<http://www.paic.seduc.ce.gov.br/index.php/o-paic/premio-escola-nota-10>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France. São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, 2014.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NETO, J. L. H. Avaliações educacionais e seus reflexos em ações federais e na mídia eletrônica. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 172-201, 2014.

NETO, J. L. H. Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o Saeb de 2005. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 42, p. 1-14, 2007.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.